



Diego Santos Vieira de Jesus

Relatório Analítico das Evidências Físicas da Marca Rio em sua Dimensão Produtiva - 1º trim. 2020 ao 1º trim. 2021

Resultados e análise

O envolvimento de empresas cariocas e fluminenses em esquemas de corrupção denunciados pela Operação Lava Jato, as crises do petróleo e os problemas fiscais do Estado do Rio de Janeiro vêm tendo impacto negativo sobre o desenvolvimento tecnológico e econômico, a estabilidade econômica e os negócios existentes na sua capital, bem como o nível de emprego, particularmente desde meados da década de 2010. A Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV aponta que, no final de 2016, a cidade tinha 10,4% da população desocupada. Refletindo o comportamento geral do mercado de trabalho do país, o desemprego no município do Rio de Janeiro chegou a 11,4% da população economicamente ativa no primeiro trimestre de 2017 (FGV DAPP, 2017).

Desde o primeiro trimestre de 2020, a pandemia do novo coronavírus levou ao fechamento temporário e definitivo de negócios, à redução das atividades dos que sobreviveram mediante medidas de distanciamento social, à limitação do número de pessoas em estabelecimentos e ao aumento do número de desempregados, subempregados e desalentados. O desemprego no contexto da pandemia bateu recorde no Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2020, com mais de 1,2 milhão de desempregados, cerca de 405 mil a mais que o registrado em maio do mesmo ano. Com esse aumento, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro ficou em 16,1%, também acima da média nacional (14%). Em maio, essa taxa era de 11% no estado. O desemprego atingiu pesadamente a capital. O IBGE apontou que o aumento do desemprego foi puxado não somente pelas demissões, mas pelo maior número de pessoas procurando uma recolocação no mercado de trabalho diante da flexibilização do distanciamento social. Segundo o instituto, houve redução de 204 mil trabalhadores informais no Estado, uma queda de 9,4% em cinco meses. A informalidade tipicamente é a via de mais fácil acesso ao mercado de trabalho diante de uma crise como a provocada pela pandemia do novo coronavírus. A queda desse contingente no período sugere estagnação do mercado de trabalho (SILVEIRA, 2020). Em novembro de 2020, o IBGE também levantou que o Rio de Janeiro estava entre os estados com as maiores taxas de desalento, com 19,1%, atrás de Alagoas (20,0%), Sergipe (20,3%) e Bahia (20,7%) (MOURA, 2021).

Alguns especialistas apontavam que a economia da cidade e do Estado do Rio de Janeiro tenderiam a recuperar seu fôlego após a vacinação contra a Covid-19, o que faria com que a curva de empregabilidade voltasse a crescer a partir do segundo semestre de 2021. Todavia, a previsão apontava para um primeiro semestre ainda muito difícil, marcado pelo impacto do fim do auxílio emergencial, um benefício instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020, que previu o repasse de 600 reais mensais (inicialmente por três meses) a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a fim de minimizar os impactos econômicos causados pela pandemia. No



Diego Santos Vieira de Jesus

início de setembro de 2020, o Governo Federal anunciou o pagamento de mais quatro parcelas de 300 reais até dezembro de 2020. A partir de 2021, já se esperava que as vendas caíram ainda mais, o desemprego aumentaria por conta da falta de consumidores, o dinheiro circularia menos na economia, e o comércio teria que reduzir ainda mais seus custos, atingindo duramente o trabalhador. A vacina contra o novo coronavírus traria alguma esperança para a recuperação da economia, pois, quando uma boa parte da população estivesse vacinada, o impacto negativo da Covid-19 sobre a economia tenderia a diminuir (MOURA, 2021). Além do retorno do auxílio, especialistas defenderam a volta do programa de suspensão de contratos de trabalho e a redução de jornada, o que teria impedido uma massa de desempregados bem maior (ARAÚJO, 2021).

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, uma das áreas cuja atividade econômica foi mais atingida pela pandemia foi o Centro. Após o gradativo crescimento com o advento do Porto Maravilha, a região contava, no início de 2021, com muitos imóveis vazios, diversos moradores de rua, falta de segurança pública, destruição de patrimônio histórico e insegurança para novos investimentos em face da grave crise econômica. De acordo com a Associação Brasileira de Administradores de Imóveis (Abadi), desde março de 2020 até o fim de tal ano, 45% das lojas, escritórios e salas comerciais estavam vazios. O nível de vacância era tão grande, que quase superava o desastre do mercado de escritórios da Barra da Tijuca, onde proprietários chegavam a oferecer quatro anos de carência para alugar suas salas. Como o Centro do Rio de Janeiro tinha um enorme número de trabalhadores que estavam em *home-office* provisória ou definitivamente, houve uma drástica diminuição do tráfego e do número de consumidores na região. Apesar de ações para solucionar o problema, o número de pessoas morando nas ruas é muito grande, bem como o de furtos e outros crimes. Em janeiro de 2021, o prefeito Eduardo Paes lançou o plano Reviver Centro, que procura estimular a recuperação social, econômica e urbanística do Centro do Rio por meio da permissão de novos usos para fomentar a construção de novas moradias e o retrofit de prédios comerciais, transformando-os em edifícios residenciais ou mistos. Os prédios comerciais modernos erguidos na região do Porto Maravilha, principalmente entre a Cidade do Samba e a Avenida Rio Branco, já estavam praticamente todos alugados, o que sinalizava a preferência das empresas por espaços mais novos na região do Porto (DIÁRIO DO RIO, 2021).

Com o objetivo de amenizar o impacto da pandemia, alguns setores econômicos buscaram adotar saídas criativas, como a criação de opções de hospedagem e lazer na vizinhança como alternativa mais segura para seus clientes. Muitos cariocas apostaram em experiências turísticas perto de casa, como passeios exclusivos e day use em hotéis para não se arrisquem em longas viagens, evitarem aglomerações e seguirem os protocolos sanitários, além do fato de que muitas viagens internacionais continuavam restritas. Outros recorreram aos hotéis na cidade como uma adaptação ao *home-office* em busca de um local mais calmo para trabalhar. Além dos serviços da rede hoteleira, a busca por experiências que, normalmente, acabam atraindo um número maior de turistas também cresceu entre os próprios cariocas. Por exemplo, um dos principais cartões-postais da cidade do Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar, oferecia aos visitantes o serviço de bonde exclusivo, uma experiência privilegiada que se destinava a um grupo fechado



Diego Santos Vieira de Jesus

de pessoas e que proporcionava viagens exclusivas no teleférico, além de melhor aproveitamento do parque (NEDER, 2021).

O incentivo a leis de isenção para empresas e renegociação de acordos é uma solução apontada por economistas e parlamentares para o quadro de crise na economia da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo antes da pandemia de Covid-19, já havia projeções de queda do Produto Interno Bruto a partir do primeiro trimestre de 2020, o que revela que a pandemia era somente uma das razões para o baque que deprimia a geração de emprego e renda. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), um dos desafios era pensar modos de arrecadação que fossem além dos *royalties* do petróleo, já que a queda no preço do barril e a menor arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) poderiam aumentar o déficit orçamentário. Uma das propostas imediatas foi a Lei 8.887/20, de autoria do deputado Flávio Serafini (PSOL), que permite ao Estado do Rio de Janeiro conceder incentivos fiscais para empresas de diferentes portes enquanto vigorar o Plano de Contingência do Coronavírus. O objetivo era aproveitar a demanda por equipamentos de combate à pandemia da Covid-19 e promover uma “reconversão produtiva”, uma vez que bens como respiradores e EPIs – equipamentos de proteção individual – poderiam ser produzidos localmente, bem como vestimentas e máscaras dos profissionais de saúde e da população em geral. Além disso, mostrava-se necessário discutir a responsabilização de gestores federais que não realizavam ou realizavam com atraso toda a potência no gasto público necessário no momento de crise. O governo federal era mais capaz de se autofinanciar, centralizar estruturas de financiamento e descentralizar a execução dos gastos para estados e municípios a fim de dar condições de uma estabilidade das finanças subnacionais (MIRANDA, 2020).

Recomendações

A fim de se reverter o quadro crítico em que se encontra a dimensão produtiva da identidade da marca da cidade do Rio de Janeiro, seria importante a tomada das seguintes medidas:

- Ampliar a atração de investimentos por meio da simplificação de impostos e da diminuição da burocracia na abertura de empresas;
- Investir no engajamento com o setor empresarial e o terceiro setor na capacitação de cidadãos para a inserção de tais pessoas em setores produtivos relacionados às vocações urbanas, com o aproveitamento de saberes e conhecimentos locais na geração de renda e emprego;
- Incentivar a imunização em massa, apontando os benefícios que ela também traz para a economia, uma vez que os empregadores ficarão mais otimistas com a redução das incertezas, e as vagas voltarão a surgir de maneira geral. Com a vacinação, espera-se que as atividades do setor de serviços retomem sua normalidade num prazo curto após o controle do vírus, como bares e restaurantes.



Diego Santos Vieira de Jesus

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Carla. Fecomércio-RJ defende volta do auxílio e teme colapso econômico em 2021. **UOL**, 01 fev. 2021. Disponível em <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2021/02/01/comercio-crise-coronavirus-auxilio-emergencial-colapso-economico.htm>.

Acesso em 21 fev. 2021.

DAPP FGV. O Rio em perspectiva: desemprego ainda crescente. **FGV**, 2017. Disponível em <http://dapp.fgv.br/o-rio-em-perspectiva-desemprego-ainda-crescente/>. Acesso em 21 fev. 2021.

DIÁRIO DO RIO. Centro do Rio passa por crise sem precedentes. **Diário do Rio**, 19 fev. 2021. Disponível em <https://diariodorio.com/centro-do-rio-passa-por-crise-sem-precedentes/>. Acesso em 21 fev. 2021.

MIRANDA, Eduardo. Qual a saída para a economia do RJ em meio à pandemia e regime de recuperação fiscal? **Brasil de Fato**, 24 jul. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/24/qual-a-saida-para-a-economia-do-rj-em-meio-a-pandemia-e-regime-de-recuperacao-fiscal>. Acesso em 21 fev. 2021.

MOURA, Leticia. O que esperar do desemprego no Estado do Rio em 2021? **O Dia**, 11 jan. 2021. Disponível em <https://odia.ig.com.br/economia/2021/01/6060648-o-que-esperar-do-desemprego-no-estado-do-rio-em-2021.html>. Acesso em 21 fev. 2021.

NEDER, Livia. Passeios exclusivos, day use em hotéis: cariocas apostam em experiências turísticas perto de casa. **O Globo**, 20 fev. 2021. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/passeios-exclusivos-day-use-em-hoteis-cariocas-apostam-em-experiencias-turisticas-perto-de-casa-1-24890088?>. Acesso em 21 fev. 2021.

SILVEIRA, Daniel. Desemprego diante da pandemia bate recorde no RJ em setembro, aponta IBGE. **G1**, 23 out. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/23/desemprego-diante-da-pandemia-bate-recorde-no-rj-em-setembro-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 21 fev. 2021.

Sobre o autor

Diego Santos Vieira de Jesus é Coordenador do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) e pesquisador do Observatório da Marca Rio da ESPM-Rio

Para citar:

Jesus, Diego Santos Vieira de. Relatório Analítico das Evidências Simbólicas da Marca Rio na Dimensão das Potencialidade - 1º trim. 2020 ao 1º trim. 2021. **Observatório da Marca Rio – ESPM**, 2021. Disponível em <http://www.observatorio.espm.br>. Acesso em:....